



**Processo nº** 16682.720516/2011-43  
**Recurso** Embargos  
**Acórdão nº** 1302-004.163 – 1<sup>a</sup> Seção de Julgamento / 3<sup>a</sup> Câmara / 2<sup>a</sup> Turma Ordinária  
**Sessão de** 13 de novembro de 2019  
**Embargante** FURNAS - CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.  
**Interessado** FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL**

Ano-calendário: 2012

EMBARGOS INOMINADOS. ERROS MATERIAIS. SANEAMENTO.

Existindo erros materiais na decisão recorrida, apontados em embargos inominados nos termos do artigo 66 do Anexo II do RICARF, estes devem ser acolhidos e saneada a decisão.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em conhecer dos embargos inominados e acolhê-los, sem efeitos infringentes, nos termos do relatório e voto da relatora.

*(assinado digitalmente)*

Luiz Tadeu Matosinho Machado - Presidente.

*(assinado digitalmente)*

Maria Lúcia Miceli - Relatora.

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Luiz Tadeu Matosinho Machado, Ricardo Marozzi Gregorio, Paulo Henrique Silva Figueiredo, Maria Lúcia Miceli, Flávio Machado Vilhena Dias, Breno do Carmo Moreira Vieira, Mauritania Elvira de Sousa Mendonça (Suplente Convocada) e Gustavo Guimarães da Fonseca.

## Relatório

Trata-se Embargos opostos pela contribuinte em face ao Acórdão n.º 1302-003.718 (fls. 2532/2563), prolatado na sessão de 16 de julho de 2019, por meio do qual o Colegiado da 2<sup>a</sup> Turma da 3<sup>a</sup> Câmara da 1<sup>a</sup> Seção assim decidiu:

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso voluntário quanto às exigências de PIS/Cofins sobre diferenças cobradas por compensações não formalizadas e sobre as receitas de uso de rede elétrica de Itaipu; por maioria de votos em negar provimento quanto a exigência de PIS/Cofins sobre valores excluídos relativos a quotas de Reserva Global de Reversão - RGR, vencido o conselheiro Flávio Machado Vilhena Dias, que dava provimento nesta parte; por maioria de votos, em negar provimento ao recurso sobre a exigência de PIS/Cofins sobre a receita proveniente de reavaliação do passivo atuarial mantido junto à Fundação Real Grandeza, vencidos os conselheiros Gustavo Guimarães da Fonseca, Flávio Machado Vilhena Dias e Breno do Carmo Moreira Vieira, que davam parcial provimento ao reconhecimento como receitas financeiras e proponham a realização de diligência para sua quantificação; e, por unanimidade em negar provimento quanto a exigência de multa de ofício e juros Selic. O conselheiro Breno do Carmo Moreira Vieira votou apenas a última matéria, uma vez que as demais já haviam sido votadas na sessão de junho de 2018, com a participação do conselheiro suplente Marcelo José Luz de Macedo.

Os embargos apontavam (i) contradição e obscuridade, (ii) omissão e (iii) erros decorrentes de lapso manifesto.

Após análise pelo Sr. Presidente desta Turma Julgadora, os embargos foram parcialmente admitidos por meio do Despacho de Admissibilidade de fls. 2.643/2.653, na forma de Embargos Inominados, para correção dos erros decorrentes de lapso manifesto, nos seguintes pontos:

a) Quanto à proclamação do resultado – data de participação do conselheiro suplente Marcelo José Luz de Macedo

b) Quanto à data da primeira sessão em que o processo foi levado a julgamento pela 2<sup>a</sup> Turma da 3<sup>a</sup> Câmara da 1<sup>a</sup> Seção

É o relatório.

## Voto

Conselheira Maria Lúcia Miceli, Relatora.

A admissibilidade dos Embargos de Declaração já foi analisado, sendo admitido parcialmente. Assim deles eu concreço apenas na parte admitida.

Passo a analisar os erros de lapso manifesto, apontados pelos embargos.

a) Quanto à proclamação do resultado – data de participação do conselheiro suplente Marcelo José Luz de Macedo

Aduz a embargante que a participação do conselheiro suplente Marcelo José Luz de Macedo ocorreu em junho de 2019 e não em junho de 2018, como consignado na proclamação do resultado do acórdão.

De fato, é claro o erro manifesto no Acórdão, pois a participação do conselheiro suplente Marcelo José Luz de Macedo ocorreu na sessão de junho de 2019, quando então o presente processo foi pautado para julgamento por esta conselheira, sendo decidido diversas matérias, restando apenas a exigência de PIS/Cofins sobre a receita proveniente de reavaliação do passivo atuarial mantido junto à Fundação Real Grandeza, que foi objeto de pedido de vista. Esta informação é ratificada pela Ata da sessão do mês de junho/2019:

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

2<sup>a</sup> TURMA ORDINÁRIA DA 3<sup>a</sup> CÂMARA DA 1<sup>a</sup> SEÇÃO

**Aos doze dias do mês de junho do ano de dois mil e dezenove**, às nove horas, Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 2<sup>a</sup> Turma Ordinária da 3<sup>a</sup> Câmara da 1<sup>a</sup> Seção, estando presentes os conselheiros Paulo Henrique Silva Figueiredo, Gustavo Guimarães da Fonseca, Ricardo Marozzi Gregório, Rogério Aparecido Gil, Maria Lúcia Miceli, Flávio Machado Vilhena Dias, **Marcelo José Luz de Macedo (Suplente convocado)** e Luiz Tadeu Matosinho Machado (Presidente), a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.

(...)

Relator(a): MARIA LUCIA MICELI

Processo: 16682.720516/2011-43

Recorrente: FURNAS-CENTRAIS ELETRICAS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

**Decisão:** Vista para o conselheiro Gustavo Guimarães da Fonseca, convertida em vista coletiva. Acordaram os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso voluntário quanto à exigências de PIS/Cofins sobre diferenças cobradas por compensações não formalizadas e sobre as receitas de uso de rede elétrica de Itaipu; por maioria de votos em negar provimento quanto a exigência de PIS/Cofins sobre valores excluídos relativos a quotas de Reserva Global de Reversão - RGR, vencido o conselheiro Flávio Machado Vilhena Dias, que dava provimento nesta parte. Na sequência a relatora votou por negar provimento ao recurso sobre a exigência de PIS/Cofins sobre a receita proveniente de reavaliação do passivo atuarial mantido junto à Fundação Real Grandeza. O conselheiro Paulo Henrique Silva Figueiredo acompanhou a relatora. Neste ponto houve o pedido de vista, sendo interrompido o julgamento.

Fizeram sustentação oral pela contribuinte, o advogado Dr. Cristiano Augusto Ganz Viotti de Azevedo - OAB/DF n.º 2036-A, e pela Fazenda Nacional, o Procurador Paulo Roberto Riscado Junior.

Logo, cabe a correção do pronunciado do Acórdão, para que conste a participação do conselheiro suplente Marcelo José Luz de Macedo na sessão de junho de 2019, devendo o Acórdão ser retificado nos seguintes termos:

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso voluntário quanto às exigências de PIS/Cofins sobre diferenças cobradas por compensações não formalizadas e sobre as receitas de uso de rede elétrica de Itaipu; por maioria de votos em negar provimento quanto a exigência de PIS/Cofins sobre valores excluídos relativos a quotas de Reserva Global de Reversão - RGR, vencido o conselheiro Flávio Machado Vilhena Dias, que dava provimento nesta parte; por maioria de votos, em negar provimento ao recurso sobre a exigência de PIS/Cofins sobre a receita proveniente de reavaliação do passivo atuarial mantido junto à Fundação Real Grandeza, vencidos os conselheiros Gustavo Guimarães da Fonseca, Flávio Machado Vilhena Dias e Breno do Carmo Moreira Vieira, que davam parcial provimento ao reconhecimento como receitas financeiras e propunham a realização de diligência para sua quantificação; e, por unanimidade em negar provimento quanto a exigência de multa de ofício e juros Selic. O conselheiro Breno do Carmo Moreira Vieira votou apenas a última matéria, uma vez que as demais já haviam sido votadas na sessão de junho de 2019, com a participação do conselheiro suplente Marcelo José Luz de Macedo.

**b) Quanto à data da primeira sessão em que o processo foi levado a julgamento pela 2<sup>a</sup> Turma da 3<sup>a</sup> Câmara da 1<sup>a</sup> Seção**

Outro erro lapso manifesto está inserido no relatório, no qual esta conselheira, ao apontar os principais eventos ocorridos no curso deste processo administrativo, se equivocou com relação à data de prolação da Resolução nº 1302-000.469, nos seguintes termos:

Na primeira oportunidade que o processo foi levado a julgamento por este colegiado, a Turma acatou a proposta do relator Conselheiro Alberto Pinto Souza Júnior, por meio da Resolução nº 1302-000.469, **da sessão de 21 de março de 2007**, de converter em diligência para que fosse providenciado o direcionamento do PAF nº 16682.720517/2011-98 para sua relatoria, em razão da conexão entre os lançamentos.

Mais uma vez assiste razão à embargante. A Resolução nº 1302-000.469 foi emitida em 21 de março de 2017, conforme se observa às fls. 2.492/2.507, devendo o relatório ser retificado para a correção deste equívoco:

Na primeira oportunidade que o processo foi levado a julgamento por este colegiado, a Turma acatou a proposta do relator Conselheiro Alberto Pinto Souza Júnior, por meio da Resolução nº 1302-000.469, da sessão de 21 de março de 2017, de converter em diligência para que fosse providenciado o direcionamento do PAF nº 16682.720517/2011-98 para sua relatoria, em razão da conexão entre os lançamentos.

## CONCLUSÃO

Voto, portanto, por conhecer e acolher os embargos inominados opostos pelo contribuinte, sem efeitos infringentes, para corrigir os erros materiais apontados, retificando o Acórdão e o Relatório, nos termos deste voto.

(documento assinado digitalmente)

Maria Lúcia Miceli